



SER ÉTICO: UMA PRIORIDADE INCONVENIENTE

João Batista Diniz Ferreira¹

“A política diz: *sede astutos como as serpentes*; a moral acrescenta (como condição limitante): *e sem maldade, como as pombas*. Quando estas duas coisas não podem coexistir em um mesmo mandamento, há realmente um conflito entre a política e a moral; mas se ambas devem ser inteiramente unidas, o conceito do contrário é absurdo e a questão de como saber como resolver aquele conflito não se apresenta mais como problema.”

I. Kant

RESUMO

Em nível local e mundial temos acompanhado a ausência generalizada de valores e ações em vista do bem comum social. Diante da crise dos valores essenciais para uma sociedade estável, também se percebe, infelizmente, situações de total letargia e incapacidade dos indivíduos perante os fatos que nos desafiam. No contexto da investigação clássica do herói shakespeariano, Hamlet, do ser ou não ser (“to be or not to be, that is the question!”), como questão capital, busca-se no presente texto questionar a razão de ser da ética e o seu papel na sociedade atual, no resgate daquilo que deve ser fundamental ao ser humano enquanto ser político (isto é, que pertence a uma *polis*), seus direitos e responsabilidades perante sua posição. A desafiante pergunta, na realidade, diz respeito à obrigação moral de cada líder de Estado em buscar de solução para os nossos problemas, irresponsabilidade e omissões. O que ou quem poderá obrigá-los a agir moralmente e honestamente no trato do que é público (*res publica*) e em suas decisões, como por exemplo: erradicar a pobreza? Nosso tema encontra uma reflexão plausível, dentre outros autores, na filosofia transcendental do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). A propósito, ele nos aponta, dentre outras sendas, a relação indissociável da moral com a nossa vida cotidiana, da ética e da política. A nossa reflexão, deste modo, parte do princípio de que somente um conjunto de indivíduos impulsionados pelo que a ética e a moral nos propõe é o requisito básico para a conquista de nossas verdadeiras realizações como seres humanos.

Palavras chave: Sociedade. Ética. Moral. Cidadania. Responsabilidade.

RESUMEN

A nivel local y mundial hemos acompañado la ausencia generalizada de valores y acciones en vista del bien común social. Delante de la crisis de los valores esenciales para una sociedad estable, también se perciben, infelizmente, situaciones de total letargo e incapacidad de los individuos delante de los hechos que nos desafían. En el contexto de la investigación clásica del héroe shakespeariano, Hamlet, del ser o no ser

¹ O autor é Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza.



(“*to be or not to be, that is the question!*”), como questão capital, se busca em el presente texto cuestionar la razón de ser de la ética e su papel en la sociedad actual, en el rescate de aquello que debe ser fundamental al ser humano en cuanto ser político (esto es, que pertenece a una *polis*), sus derechos y responsabilidades delante de su posición. La pregunta desafiante, en realidad, dice respecto a la obligación moral de cada líder de Estado en buscar solución a nuestros problemas, irresponsabilidad y omisiones. ¿Qué o quién podrá obligarlos a actuar moral y honestamente en el trato de lo que es público (*res publica*) y en sus decisiones, como por ejemplo, erradicar la pobreza? Nuestro tema encuentra una reflexión plausible, de entre otros autores, en la filosofía trascendental del filósofo alemán Immanuel Kant (1724-1804). A propósito, él nos apunta de entre otras sendas, la relación indisoluble de la moral con nuestra vida cotidiana, con la ética y la política. Nuestra reflexión parte del principio de que solamente podemos realizarnos plenamente como seres humanos, si somos capaces de direccionarnos por lo que la ética y la moral nos proponen.

Palabras llave: Sociedad, ética, Moral, ciudadanía, responsabilidad.

INTRODUÇÃO - A QUESTÃO FUNDAMENTAL: SER OU NÃO SER ÉTICO

Em nível mundial e mais especificamente na sociedade brasileira vigora vergonhosamente a ausência de valores que têm em vista o bem comum das pessoas. Isto é explícito e causa maior impacto no modo pelo quais nossos representantes exercem suas funções nas varias dimensões do poder.

Diante dessa crise de valores morais, tidos como essenciais para uma sociedade mais ou menos estável, em vez de certa autonomia dos seres sociais, o que parece vigor é um situação de letargia e incapacidade perante os fatos que nos desafiam.

No contexto da investigação clássica do herói shakesperiano, Hamlet, do ser ou não ser (*to be or not to be, that is the question!*), como questão capital, busca-se no presente texto questionar a razão de ser da ética e o seu papel na sociedade atual no resgate daquilo que deve ser fundamental no ser humano, a citar os deveres e os direitos dos cidadãos.

É inegável que nas ultimas décadas o tema da ética tem suscita calorosas discussões em varias partes do mundo (basta citar os fóruns sociais mundiais, entre outros eventos), sediados inclusive no Brasil. A ética levanta questões desde a defesa da camada de ozônio ate o crescimento da corrupção em alguns países. O fator comum entre ambos, como nos aponta Ottaviani,² tem por base a tentativa de despertar

² OTTAVIANI, Edécio. S. *Ser ou não ser ético, eis a questão*, p.21.



naqueles que trabalham diretamente com as massas, a necessária conscientização das mesmas acerca de sua função enquanto agentes imprescindíveis à transformação do sistema de desigualdade e pobreza que vigora em várias partes do mundo.

Dados da ONU nos alertam que nas últimas décadas o número de pobres triplicou, enquanto o de ricos dobrou. Por outro lado o mesmo órgão dá conta de que investimentos de 1% da renda mundial, durante vinte anos, melhorariam a vida de várias centenas de milhões de pessoas. E, para que as populações carentes tenham água potável, serviço de saúde, educação e planejamento familiar, apenas U\$ 40 bilhões anuais seria necessário (0,25% da renda anual, que é de U\$ 25 trilhões).

A ausência de valores no mundo têm sido denunciadas até mesmo pelas autoridades religiosas, como é o caso do apelo do papa Bento XVI, da igreja católica romana, que denuncia, no recente documento oficial *Sacramentum caritatis*, que “bastaria menos da metade de somas imensas globalmente destinadas a armamentos, para tirar, de forma estável, da indigência o exército ilimitado de pobres”.³ Embora derivado do campo religioso, a denuncia do Santo padre, devido a seu caráter sensível, deve soar nos ouvidos de toda a sociedade.

Com esses dados somos esclarecidos da inevitabilidade da maioria das mazelas que nos atingem. A pergunta premente, diz respeito à obrigação moral de cada governante em buscar solução para os problemas levantados. Quem poderá obrigá-los agir moralmente e honestamente no trato do que é público (*res publica*) e na decisão de erradicar a pobreza? Nosso tema encontra uma reflexão plausível dentre outros autores, na filosofia transcendental do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804).

A propósito ele nos aponta, dentre outras pistas, indissociável da moral com a nossa vida cotidiana. Aqui, cientes de nossa situação, a vida dos governantes e de todos os indivíduos sociais têm como norte a moral.

É ela que dá sentido às nossas ações, ou seja, a moral se coloca enquanto conjunto de leis “de acordo com as quais devemos agir”.⁴ Deste modo a moral se apresenta com qualidade essencial de cada cidadão e principalmente dos governantes em geral.

³ BENTO XVI. *Exortação apostólica pós-sinodal “Sacramentum Caritatis”*. São Paulo: Paulinas, 2007. P-133.



A nossa reflexão parte do princípio de que somente um conjunto de indivíduos impulsionados pelo que a moral nos propõe é o requisito básico para a conquista de nossas realizações como cidadãos.

As nossas indagações éticas acerca do imperativo ético na vida e nas ações dos governantes entre outros indivíduos sociais em geral, deve abarcar um importante fator que está intrínseco a personalidade da pessoal, que é o seu meio social e a sua inserção neste (isto é, líderes de vários segmentos e funções).

Vale ressaltar que uma breve definição sintática dos termos ética e moral serve para entendermos melhor a sua junção na sociedade. A ética vem da palavra grega *Ethos*, e se traduz por “modo de ser”. Já moral deriva-se do latim, *morus*, cuja tradução é “habito, costume ou tradição”.

Para Lima Vaz, porém, “a evolução semântica paralela de *Ética e Moral* a partir de sua origem etimológica não denota nenhuma diferença significativa entre esses dois termos, ambos designando fundamentalmente o mesmo *objeto*, a saber, seja o *costume* socialmente considerado, seja o *hábito* do indivíduo de agir segundo o costume estabelecido e legitimado pela sociedade”⁵.

Esta distinção julga-se necessária, pois além de nos alertar acerca da permanência da moral sobre tudo o que é ético e, em contrapartida pela evolução constante dos tempos, nem tudo o que é considerado moral (ou um costume) pode ser tido como ético, cabe-nos questionar a moral que esta posta, bem com suas conseqüências explicitadas nas leis e costumes influentes.

Diante da ausência de posições éticas concretas por parte dos governantes das nações em relação aos famintos e miseráveis do mundo, culpa se a secularização que segundo Ottaviani, embora tendo servido “para libertar as consciências do medo do inferno e conseqüentemente dos abusos de poder da instituição eclesiástica, por outro, ela não encontrou um antídoto capaz de deter o avanço de uma cultura que relativiza o valor da vida”⁶, como se pode ver no modo como o cinema trata, por exemplo, as relações de poder e comportamentos, nas classes sociais.

⁴ KANT, I. *Sobre a discordância entre a moral e a política a propósito da paz perpétua*, p.130.

⁵ VAZ, H. C. Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁶ OTTAVIANI, E.S. Ser ou não Ser ético, eis a questão, p.24.



Outro exemplo de relativização dos valores da ética na sociedade, e que atinge com conseqüências imprevisíveis às crianças, são os jogos “infantis” violentos que as mesmas são submetidas muitas vezes dentro da própria moradia. Esse tipo de brincadeira consiste primordialmente em colocar a criança como protagonista de um jogo(ou seja, um *game* semelhante a um filme de ação) no qual ela pode executado quase tudo; como matar e destruir o que se apresenta a sua frente como eventual inimigo.

Este gesto dos pais ao permitirem o acesso de seus filhos a este tipo de games, longe de ser uma simples brincadeira e diversão, pode está ajudando a formar cidadãos cada vez mais maléficos e insensíveis a dignidade de cada ser humano e do meio ambiente que nos mantém.

As nossas indagações éticas acerca do imperativo ético na vida e nas ações dos governantes entre outros indivíduos sociais em geral, deve abarcar um importante fator que está intrínseco a personalidade da pessoal, que é o seu meio social e a sua inserção neste (isto é, líderes de vários segmentos e funções).

O mundo como sabemos é cada vez mais plural, tanto nas confissões religiosas (mulçumanos, budistas, judeus, cristãos), quanto nas escolhas, como por exemplo agnosticismo, ateísmo, entre outros segmentos e escolhas. a partir dessas considerações podemos deter que é cada vez mais freqüente a existência de indivíduos que não têm nenhum importante modelo ético de comportamento⁷.

Ou seja, influenciados principalmente pelos efeitos, muitas vezes maléficos, da presente secularização (que por sua vez relativiza modelos e valores sociais), cresce de maneira acelerada, aqueles que não levam em consideração uma moral determinante e que seja capaz de nortear determinantemente as suas práticas cotidianas.

1- O AGIR COMUNICACIONAL DE JUNGER HABERMAS

Na procura por uma resposta positiva à ética e a moral na sociedade atual, o contemporâneo filósofo alemão J. Habermas devido a sua atuação e profundas discussões que tem empreendido dentro da realidade mundial, encontramos, no seu

⁷ Não podemos esquecer o poder de coerção da religião que é denominado por “transcendental” e, é tão presente na consciência de milhões de indivíduos. Cf. OTTAVIANI, E.S. p-26



pensamento designado pelo “agir comunicacional”⁸ (no qual a teoria do agir comunicativo ocupa lugar central), importantes guias para nossas inquietações.

A sua apreensão é importante, pois segundo Ottaviani, é: “a tentativa de elaborar um discurso que possa ‘reconstruir as condições universais de intercompreensão possível, ’ através da ‘pragmática universal’, seja no campo ético, seja campo metafísico, apresenta-se como uma solução possível ao impasse de uma leitura ‘verdadeira’ dos fenômenos e problemas sociais. É a chamada “racionalização do real”⁹.

Nesta perspectiva habermasiana entende-se que a busca de solução dos obstáculos interrelacionais que se apresentam e, principalmente para a problemática da concretização dos valores morais e éticos têm como via o diálogo entre os seres envolvidos. Acredita-se que por meio deste tipo de diálogo, incrementado pela ação comunicacional, está à abertura fundamental e necessária para se chegar ao pleno entendimento dos pilares essenciais da sociedade dos quais a ética e a moral são responsáveis. .

É condição necessária, neste tipo de discussão, que todos os indivíduos sejam valorizados de acordo com suas limitações, expressões, valores e capacidades derivadas do seu meio, pois esta é a condição necessária para se efetivar o diálogo entre todos os participantes/ouvintes.

Esta proposta habermasiana vai de encontro com os desafios da sociedade atual por sua objetividade. Ao mesmo tempo não podemos ocorrer no erro de não admitir, não a falta, mas as dificuldades atuais de diálogo entre as múltiplas classes sociais que se apresentam na finalidade de fazer valer o que se pode denominar por uma verdadeira “universalidade do consenso”¹⁰. Este desafio, porém, deve ser um incentivo à concepção de uma sociedade fraterna e um dos primeiros passos na construção ética.

Desta proposta verifica-se a que a busca de uma condição de unidade entre os vários membros sociais é uma idéia premente e a condição para se tentar sanar os problemas das massas atingidas pelos vários danos que os sistemas dominantes

⁸ Idem. p -27.

⁹ Ibid.

¹⁰ Citado por Ottaviani. Ibid., p-29.



provocam na vida das pessoas, como é o caso dos vários males causados pelo capitalismo.

A união dos vários segmentos sociais pela via do diálogo consciente e ativo é a condição necessária para se pressionar os governantes e o sistema em geral a um compromisso real para se sanar a fome a miséria e os demais problemas de ordem econômica e social, possíveis de ser eliminados no presente e no futuro.

2- A CONTRIBUIÇÃO DA MORAL DE IMMANUEL KANT

Em nossa busca por uma resposta que guie o nosso entendimento acerca de nossas reflexões das questões hodiernas, tais como o compromisso ético dos nossos governantes, o filósofo alemão I. Kant nos oferece pistas, ou seja, orientações de comportamento.

Em seu artigo denominado “Da discordância entre a moral e a política a propósito da paz perpétua”¹¹, ele nos oferece uma magistral discussão acerca dos conceitos de moral e política. Seus pontos de apoio e, principalmente, mostra que a ligação intrínseca de ambas é a condição última para uma sociedade plena de valores.

A moral é aqui entendida com a ciência que abarca a “totalidade de leis que ordenam incondicionalmente, de acordo com as quais devemos agir”¹², sendo que a sua adesão está a cargo de nossa pura responsabilidade.

A política entendida como uma instância do saber que expressa a prática do ‘dever’ na sociedade, encontra o seu fundamento substancial na moral, que é por sua vez, seu fundamento doutrinal e teórico.

Enquanto a política liga-se ao exercício do dever, a outra oferece as normas e valores da ação na sociedade. Deste modo, podemos supor que não pode haver discordância entre estas duas ciências essenciais em vista do bem comum da sociedade e, ou seja, mais entendivelmente entre a prática (política) e a teoria (moral).

Kant não deixa de nos advertir dos desafios e conflitos que se apresentam no cotidiano e aproveita para reiterar o valor da verdade que é o núcleo que sustenta essa relação.

¹¹ KANT, I. *Textos seletos*, in. Sobre a discordância entre a moral e a política a propósito da paz perpétua. Petrópolis: vozes, 1985.p-130.

¹² Ibid.



Com o intuito de evitar desvios e o mau desenvolvimento dessa relação intrínseca no exercício do poder na sociedade a partir de uma exemplificação concreta dessa relação, Kant frisa: “a política diz: sede astutos como as serpentes; a moral acrescenta: e sem maldade, como as pombas”¹³.

No relato supracitado, autor nos esclarece sobre o valor que cada dessas ciências é capaz de nos ajudar, por exemplo, no melhor entendimento acerca do exercício do poder (política) e a sua relação com a moral. Isto é, levando em consideração as relações sociais nas somos continuamente afetados.

Entende-se que mesmo diante de todas as tentações que o poder político é capaz de insinuar na consciência do indivíduo, é necessário ter em mente os princípios da moral e da ética, pois estes evitam que a astúcia das serpentes atinja a dignidade dos cidadãos as quais a moral e a política deve de modo incondicional, assegurar

Sabendo-se que na sociedade existem aqueles indivíduos que agem de acordo com a moral e outros que a falseiam, para esclarecer essa diferença, Kant faz uso dos termos político moral e o moralista político.

Acompanhemos com suas próprias palavras: “posso pensar, sem dúvida, um *político moral*, isto é, um homem que concebe os princípios da sabedoria do estado de modo tal que possam coincidir coma moral, mas não consigo pensar um *moralista político* que forja uma moral compatível com os interesses do estadista”¹⁴.

Louva-se a atitude do político moral, pois no exercício de suas funções (deveres), tenta colocar em primeiro plano a garantia do “direito natural”¹⁵ das pessoas, mesmo que isto acarrete algum dano à sua vaidade e às ostentações que o exercício do poder costuma impor.

No segundo caso, o moralista político é uma exemplificação dos indivíduos que se dizem servir a seus co-cidadãos, mas que na realidade fazem uso do poder e das leis do estado para satisfazer sua própria arrogância.

Com o poder nas mãos, as suas ações se confundem com a de um inimigo do povo, pois além de adotar medidas maléficas, estas transparecem a ausência de duas condições essenciais, a citar a ternura e a compaixão.

¹³ Ibid.

¹⁴ Idem. p -134.

¹⁵ Ibid.



Kant chama a atenção para o caráter particular de cada indivíduo que exerce o poder, pois devido às atribuições desse exercício, pois são necessárias certas sutilezas quanto ao ato de legislar; sempre difícil e cheio de surpresas.

Este fato, porém, jamais pode justificar a supressão de qualquer um dos direitos dos co-cidadãos. E, cabe ao governante assegurar de maneira determinada a moralidade, ao mesmo tempo em que cumpre uma de suas principais atribuições, ou seja, evitar que as pessoas sofram qualquer tipo de injustiça.

Um dos principais erros que os moralistas políticos atentam é o de considerar que o exercício de legislar funciona como se obedecesse a uma “ordem mecânica”¹⁶ (apenas a uma técnica ou profissionalismo), quando na verdade vai além dessa determinação. Este dado, contudo, elucida a diferença marcante entre o político moral (o verdadeiro legislador, que governa por aptidão e que tem as atribuições necessárias para tal) e o moralista político (legisla por mera profissão e não tem aptidão para tal função).

Na sociedade atual não é difícil elucidar exemplos de políticos semelhantes aos moralistas políticos. Muitos deles, principalmente no Brasil, onde o exercício do poder ainda é tosco, em nome de um pseudo ‘desenvolvimento econômico’ vivem a assinar acordos com as grandes corporações econômicas sem mesmo consultar a população e, no final quem sofre as conseqüências é sempre a maioria da população; sufocada e cada vez mais pobre.

Enquanto a maioria de nossos habitantes é órfã de saúde, trabalho, comida e moradia, nossos representantes oficiais (deputados, senadores, etc.) além de receberem múltiplas regalias do cargo, a cada ano votam aumentos significativos em seus salários.

A partir desse relevante quadro, Kant aponta a união dos co-cidadãos como um legítimo movimento de resgate de seus direitos no estado (na sociedade) além de ser um modo prático de dar vida a esse “conceito”¹⁷ tão significativo na vida social.

Ante o princípio da política moral, Kant prega um estado com liberdade e igualdade entre todos os membros, por intermédio unicamente do exercício do dever. A sua idéia é a de um estado onde domine a justiça, apesar das estruturas. Que se faça

¹⁶ Idem. p -138.

¹⁷ Idem. p -148.



valer o direito (bem essencial do ser humano), nem que para isso seja necessário eliminar os opositores¹⁸ a esta idéia.

Além disto, nos garante que o desaparecimento de indivíduos maléficos à sociedade não inviabiliza o desenvolvimento dos demais.

Seus atos deprimentes, que são derivados de seu modo particular de desviar os valores morais, têm como destino “opor-se e se destruir a si mesmo”¹⁹, dando lugar à moral propriamente dita; que podemos considerar o bem.

A título de conclusão acerca da relação entre a política e a moral, Kant nos deixa atônitos quando radicaliza sua posição ao dizer que “a verdadeira política, portanto, não pode dar um passo sem antecipadamente ter prestado homenagem à moral”²⁰.

Ele acredita que o direito de cada homem é algo inviolável (ou sagrado), sendo o dever essencial da política, enquanto mantida pela moral, lutar incondicionalmente pela realização da vida humana.

Outro texto do filósofo alemão que abrange certas reflexões para nosso agir ético no cotidiano, tem com título “Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade”²¹.

Neste texto a idéia fundamental liga-se ao tema da particularidade de cada indivíduo, no qual afirmação da autonomia de cada ser humano em sua verdade sua ‘verdade subjetiva’ constitui a base da reflexão.

Levando em consideração as varias situações em que estamos, é a nossa vontade que determina nosso direito à verdade. E, diante de uma situação deprimente em que o individuo fosse obrigado a proferir uma inverdade, Kant prefere a verdade e alerta: “A veracidade nas declarações que não se pode evitar é um dever formal do homem com relação a qualquer outro, por maior que seja o prejuízo decorrente disso para ele ou outra pessoa.”²²

¹⁸ Mesmo neste caso extremo, Kant não esquece o caráter ético que deve comportar essa ação: “Mas deve ser compreendido como obrigação dos poderosos de não recusar a ninguém o seu direito, ou restringi-lo, por desfavor ou piedade por outra pessoa”. Ibid.

¹⁹ Idem. p -150.

²⁰ Idem. p -152.

²¹ KANT, I. *Textos seletos*, in. Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade, p-118.

²² Idem. p -120.



Com esta atitude se extrair qualquer possibilidade de inverdade (mentira) perante as inter-relações sociais, pois o seu uso não encontra lugar na sociedade na qual se pretende viver em harmonia.

A mentira, aqui recusada incondicionalmente, fere não somente alguns indivíduos sociais, mas a própria fonte do direito natural dos homens, ou seja, a verdade.

Não é mero pensamento que se guarde punição para os mentirosos tendo em vista a gravidade de suas ações ao atingir a fonte da veracidade. Além dos outros indivíduos, a humanidade estando sentada no direito derivado da verdade, também sofre as conseqüências da mentira.

Para Kant, a política, enquanto visada para garantir dignamente o direito do homem através da administração de suas determinações sociais, deve beber na fonte do direito para a através deste chegar à plena valorização do homem e da sociedade.

Na sua “Fundamentação da metafísica dos costumes”,²³ Kant, nos oferece rica abordagem do comportamento moral do indivíduo. Aqui, porém o filósofo alemão nos assegura que a investigação tem como distintivo o teor profundo na descoberta do “princípio supremo da moralidade”.²⁴

Entende-se por sua louvável intenção que não será difícil encontrar valiosas pistas para nossa ação moral e a sua execução por um bom número de indivíduos situados em variados setores da sociedade.

A sua reflexão filosófica parte do pressuposto de que a moral se apresenta como forma pura do conhecimento (ou seja, não empírica). É, portanto, transcendental e, é recebida no intelecto do indivíduo de maneira *a priori*.

Esta condição dos seres racionais torna-os capazes de realizar os desígnios da moral, não somente porque é um dever ou uma lei determinada pela sociedade, mas por ser capaz de intuir dali o caráter benéfico de sua ação, ou seja, age “por amor dessa mesma lei”²⁵.

²³ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*, p-104.

²⁴ Ibid.

²⁵ Idem. p -105.



Estando a lei moral assentada na filosofia pura, a metafísica, Kant imaginar que o individuo deve agir segundo a “vontade pura”²⁶, que em linguagem entendível significa atuar de maneira consciente e visando o bem, com o mínimo de influências de terceiros.

A vontade autônoma e livre em relacionada à moral, resulta numa das principais contribuições da filosofia kantiana para o agir estritamente humano, que é a provocativa lei universal da ação, afirmada na frase: “Devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima(princípio subjetivo e objetivo do querer - lei prática) se torne uma lei universal”.²⁷

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os defensores da ética e da moral na sociedade atual que estejam situados, por exemplo, nas três nas dimensões do poder, podem ser considerados, vergonhosamente, na condição de vozes no deserto; solitários e perseguidos.

Um caso típico do Brasil é o de deputados que pretendem aprovar CPI (comissão parlamentar de inquérito), a favor da ética e, que em sua maioria são inviabilizados, pois, é comum a oposição de seus colegas legisladores (não é raro encontrar somas que atigem 99% dos componentes).

No cotidiano, constata-se que muitos deles cumprem acordos partidários, ilegais e inconstitucionais.

Este caso demonstra um profundo desvio de conduta quanto ao exercício da cidadania e de sua posição de indicados com o dever de representar o povo na fiscalização administrativa da coisa pública, para a boa manutenção do bem social²⁸.

Numa retomada das questões de valores éticos podemos verificar uma ausência vergonhosa dos mesmos nas ações das mega-corporações econômicas globalizadas (ex. o Banco mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, entre outras), que atuam na totalidade do planeta. Dentre suas ações podemos

²⁶ Ibid.

²⁷ Idem. p -115.

²⁸ Neste contexto Rubem Alves tem razão ao dizer, em artigo denominado ‘Sobre a política e a jardinagem’ que: “*De todas as vocações, a política é a mais nobre... De todas as profissões, a profissão política é a mais vil*”. Disponível em http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/r_alves/id221000.htm. acessado em 01/05/2008



citar o controle interno de nações inteiras através da exploração econômica que por sua vez são disfarçados por programas de ajustes fiscais e estruturais.

O resultado disto, infelizmente, é o empobrecimento vergonhoso de “milhões de pessoas”²⁹. Não é uma idéia vaga considerarmos esse tipo de iniciativa, por sua vez patrocinada pelo sistema capitalista, uma verdadeira “evolução destrutiva”³⁰.

Ou seja, em nome das políticas irresponsáveis e pela omissão explícita das autoridades de determinadas nações, as pessoas viram simplesmente objetos de consumo e são oferecidas com a finalidade de satisfazer os egoísmos daqueles que têm como principal objetivo explorar para o lucro.

Após essas discussões tenho audácia de sugerir que uma das possibilidades para se estabelecer uma sociedade onde se faça valer à ética e a moral como princípios inadiáveis para a vida digna entre os co-cidadãos, poderá ser baseada na mensagem que Karl Marx e Engels profetizaram no “Manifesto do partido comunista (1848)”³¹, ou seja, através da união consciente de todas as classes exploradas, com o objetivo de derrubar os obstáculos à ética e a moral.

Ao longo da historia os seres humanos já cometeram muitos deslizes muito na busca por seus direitos essenciais, como busca por melhores trabalhos e ate mesmo eleições diretas, a partir de uma maior dedicação, os erros podem e devem ser evitado.

Hoje, no centro de nossas reflexões acerca desses valores imprescindíveis para todos, deve está o sentimento de unidade e ternura frente à sociedade hiper-globalizada. Devemos refletir os fatos em casa e no trabalho e, depois adentra no Brasil e no mundo (universalidade). Fazendo deste modo que os nossos sentimentos sejam os de todos, pois, os de todos os sentimentos das pessoas estão em nós.

Um dos principais empecilhos pela busca de uma junção de valores na sociedade contemporânea, isto é, em nível internacional, não é apenas a inexistência desses esforços por unidade, mas primeiramente a forte ideologização, que tem causado divergências sociais entre os vários movimentos.

²⁹ CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza, - impactos das reformas do FMI e do banco mundial. São Paulo: Moderna, 1999. p -11.

³⁰ Podemos citar como conseqüências dessas infelizes intervenções: “a reformulação das economias nacionais e inclusive a destruição de países inteiros (como Somália, Ruanda e Iugoslávia) sob o ímpeto das reformas patrocinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial”. Idem, pp. -12

³¹ MARX, K e ENGELS, F. Manifesto do partido comunista, p-82.



O que é maléfico, pois, como se sugere no caso da pobreza³², a construção de uma base ampla e democrática, que suscite os valores éticos e morais, essências à sociedade harmônica, deve ser constituída com a participação de todos os setores da sociedade e níveis sócio-culturais e econômicos.

A força para realizar essa empreitada tão desafiante, para cada um dos habitantes da terra, deve vir daquilo que o sentimento de solidariedade e ternura pode causar nos habitantes da terra.

Levando em consideração a forma atual das relações sociais, não devemos esquecer da valorização que se deve dispensar ao resgate da cidadania. É uma tarefa urgente e deve se dá por meio da reativação dos poderes que a sociedade dispõe³³, como o voto, as associações de bairros, as manifestações nas ruas e por escrito, entre outros modelos.

A união na busca de objetivos comuns deve ser a base para a ação desses movimentos que devem ter bem claro, o sentimento fundante dessa atitude: ser ético. Considerada deste modo, “o sentido mais pleno do ser”³⁴.

Não devemos, porém, adiar nenhuma de nossas atitudes que visem fincar a ética na sociedade e em nossas ações cotidianas, pois com este comportamento estaríamos cometendo o mesmo erro de Hamlet, o personagem shakespeareano que tendo a oportunidade de vingar a morte de seu pai (morto por traição dos parentes - a mulher e o irmão) a tempo, prefere adiar a vingança e quando a executa já não tem os mesmos efeitos para sua inquietação.

Na época da ditadura militar do Brasil (1964-1985), jovens idealistas e convictos de suas ações entoavam pelas ruas a canção de Geraldo Vandré, ‘Para não dizer que não falei das flores’, que dizia: “*Quem sabe faz a hora não espera acontecer*. Embora com muitos sofrimentos e perdas, hoje, aqueles que lutaram por ética, direitos e liberdades, orgulham-se de suas lutas, garantiram seu lugar na História do Brasil, além de terem sido peças fundamentais para a derrocada do regime tirano.

Este é um dos fatos que nos leva a crer que é desejável a cada sujeito social ter clareza que, embora sendo um processo lento, o nosso ser ético é construído a cada

³² Id. p.23-

³³ “Urge a reativação dos micro-poderes da estrutura social”. Cf.Ottaviani, p-30.

³⁴ Ibid.,p-30.



momento e em todas as oportunidades de nossa vida; fazendo sol ou com nuvens insinuando aplacar sua claridade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO XVI. *Exortação apostólica pós-sinodal “Sacramentum Caritatis”*. São Paulo: Paulinas, 2007. p.133.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza, - impactos das reformas do FMI e do banco mundial*. São Paulo: Moderna, 1999. p.11.

KANT, Immanuel. *Textos seletos (Prefácio à primeira edição da Crítica da Razão Pura; Prefácio à segunda edição da Crítica da Razão Pura; Que significa orientar-se no pensamento?; Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?; sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade; sobre a discordância entre a moral e a política, a propósito da paz perpétua; o fim de todas as coisas)*; trad. Raimundo Vier e Fernando de S. Fernandes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, pp.72-91.

_____ *Textos selecionados (Prolegômenos, Fundamentação da metafísica dos Costumes; Introdução à crítica do juízo; Análise do belo e da arte e do gênio; A religião dentro dos limites da simples razão)*; trad. Tânia M. Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens R. T. Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1980.p.104(Col. Os pensadores).

MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*; trad. Marcos A. Nogueira e Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.82.

OTTAVIANI, Edécio. S. *Ser ou não ser ético, eis a questão*. Revista de cultura ecológica. São Paulo: Paulinas, Ano X, Nº41, Outubro/Dezembro de 2002, pp. 21-30.

VAZ, H. C. Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 2-Internet Disponível em:http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/r_alves/id221000.htm.

Acessado em 01/05/2008.